

RIGOR CIENTÍFICO, ALIMENTOS SEGUROS E UM AMBIENTE SAUDÁVEL

UM MANIFESTO

A União Europeia tem uma das melhores regulamentações mundiais sobre pesticidas – em teoria. Mas, na prática, ela não é implementada. Um novo grupo (“Cidadãos pela Ciência na Regulamentação dos Pesticidas”) lançou este manifesto para exigir reformas. Estamos a recolher assinaturas, individuais e de grupos, para apoiar esta iniciativa.

Esta ação surge num momento crucial, quando a Comissão Europeia está a rever a legislação sobre pesticidas, no âmbito do programa REFIT. Além disso, a comissão PEST do Parlamento Europeu, convocada por eurodeputados preocupados na sequência da controvérsia sobre a reaprovação do glifosato, vai apresentar recomendações para a reforma do processo de autorização de pesticidas no final de 2018.

O PROBLEMA

A regulamentação da União Europeia sobre pesticidas concede expressamente prioridade à proteção da saúde dos seres humanos, dos animais e do ambiente. É apoiada pelo princípio de precaução para garantir que as substâncias ativas ou os produtos comerciais colocados no mercado não afetam negativamente a saúde dos seres humanos e dos animais nem o ambiente. No entanto, as regras não são devidamente implementadas e o sistema regulador permite que os interesses privados tenham prioridade sobre a saúde e o ambiente.

No sistema de regulamentação sobre pesticidas persistem grandes conflitos de interesses. Por exemplo, a indústria faz os seus próprios testes de segurança e está muito envolvida na criação de métodos para avaliação dos riscos. O painel de especialistas da Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar (EFSA) que conduz a revisão de pares do dossier de candidatura e publica opinião sobre a conformidade com os critérios para a aprovação de um dado pesticida, continua a incluir pessoas com ligações financeiras à indústria fitofarmacêutica. Os “Monsanto Papers”, documentos internos da Monsanto divulgados num litígio sobre cancro nos EUA, mostram como a indústria pode efetivamente subverter a ciência. É, agora, claro que a indústria deve manter-se distante dos testes de segurança, da avaliação do risco e da gestão do risco.

O fracasso na correta implementação da regulamentação traduz-se no colapso acelerado da biodiversidade (aves, sapos, abelhas, borboletas e outros insetos) nas áreas agrícolas e em

danos graves para o homem (incluindo danos cerebrais nos fetos e um aumento progressivo dos cancros relacionados com o sistema hormonal, como o cancro da mama e o da próstata). Além deste fracasso na proteção da saúde e do ambiente, o atual sistema também falha na proteção da segurança alimentar para as gerações futuras, uma vez que a biodiversidade, os polinizadores e a fertilidade do solo – os elementos basilares de uma agricultura produtiva e resiliente – são postos em risco pelos pesticidas.

AS SOLUÇÕES

É necessária uma **reforma completa dos atuais sistemas de avaliação dos riscos e de gestão dos riscos dos pesticidas**, nos termos seguintes:

A. PRIORIDADE PARA A SAÚDE PÚBLICA, O AMBIENTE E A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

1. A Comissão Europeia deve propor a aprovação de uma substância ativa apenas quando todas as evidências científicas mostrarem que a substância ou o produto final não têm efeitos adversos nos seres humanos, animais ou no ambiente, que todas as utilizações propostas pela indústria são consideradas seguras pela EFSA e que não existem alternativas mais seguras (substâncias ou práticas) disponíveis.
2. A diretiva sobre o uso sustentável de pesticidas deve ser respeitada: os pesticidas devem ser usados apenas como último recurso, após terem sido aplicadas falhado todas as alternativas não químicas.
3. A Comissão Europeia, enquanto gestora do risco, deve operar de forma transparente e com responsabilidade. Deve cumprir a sua obrigação, à luz da regulamentação de pesticidas, de dar prioridade à saúde pública e ao ambiente antes de todas as outras considerações, incluindo o lucro privado. O processo de tomada de decisão - as discussões entre a Comissão Europeia e os Estados Membros, ou outras entidades – deve ser público.
4. Para permitir que os agricultores da UE melhorem as suas práticas sem serem “punidos” pelos mercados, a Comissão Europeia não os colocará numa posição de concorrência desleal e, portanto, irá banir os produtos importados que contenham resíduos de pesticidas não aprovados, ou que contenham resíduos de quaisquer pesticidas que excedam os limites permitidos, sem exceções.

B: GARANTIR QUE OS DECISORES SE BASEIAM EM DADOS COMPLETOS, PÚBLICOS, ATUAIS E LIVRES DA INTERVENÇÃO DA INDÚSTRIA

5. Os testes de segurança dos pesticidas serão realizados em laboratórios independentes e não pela própria indústria dos pesticidas. O processo será pago por um fundo disponibilizado pela indústria, que será gerido por um organismo independente, como a EFSA.

6. Para evitar a seleção discriminatória de dados favoráveis, todos os estudos sobre segurança devem ser registrados antecipadamente. Os estudos não registrados não poderão ser utilizados para apoiar a autorização de nenhum pesticida.
7. Todos os especialistas envolvidos na avaliação dos riscos devem ser sujeitos a regras e a uma política rigorosa sobre conflitos de interesses. Quaisquer ligações a interesses comerciais determinarão a sua exclusão do processo.
8. As orientações existentes em relação à avaliação dos riscos devem ser totalmente revistas por cientistas independentes porque, em muitos casos, foram elaboradas e promovidas pela própria indústria e favorecem os interesses da indústria.
9. Os programas de investigação financiados pela UE não permitirão que indivíduos com ligações à indústria participem em projetos que desenvolvam ou avaliem as metodologias de análise dos riscos.
10. Os requisitos de dados para avaliar sobre a autorização de um determinado pesticida deverão ser urgentemente atualizados, porque existem efeitos graves na saúde que não estão adequadamente abrangidos, como a imunotoxicidade, a desregulação endócrina e os efeitos neurotóxicos no desenvolvimento, e os impactos sobre os ecossistemas estão severamente subavaliados.
11. Os dossiês da indústria só serão incluídos no processo de autorização quando todos os dados exigidos forem entregues, incluindo todas as publicações independentes, analisadas pelos pares, relacionadas com os efeitos dos pesticidas na saúde e no ambiente. Os pesticidas que não cumprirem todas as exigências da regulamentação terão de ser proibidos.
12. As formulações dos pesticidas vendidos e usados (e não apenas a substância ativa utilizada) devem ser testadas e avaliadas em relação a parâmetros fundamentais (por ex. mutagenicidade, carcinogenicidade, efeitos neurotóxicos no desenvolvimento e desregulação endócrina) relevantes para humanos, animais e todas as espécies não-alvo, como abelhas, aves, sapos e minhocas.
13. Os cocktails de resíduos de pesticidas aos quais os cidadãos da UE estão expostos diariamente devem ser tidos em conta quando se calculam os níveis de exposição diários "seguros". Até que isto seja implementado, deverá aplicar-se um fator de "segurança" adicional de 10 às avaliações de risco de todos os pesticidas. Este fator de segurança adicional deve também ser aplicado no cálculo das concentrações de pesticidas aceitáveis no ambiente.

C. PERMITIR QUE OS DECISORES, A SOCIEDADE CIVIL E A COMUNIDADE CIENTÍFICA ESCRUTINEM A INTEGRIDADE E A EFICÁCIA DAS POLÍTICAS

14. Todos os resultados e dados de todos os testes de segurança dos pesticidas serão publicados na internet num formato coerente e pesquisável.
15. Após a aprovação, as autoridades nacionais realizarão monitorizações de rotina independentes acerca dos efeitos dos pesticidas sobre a saúde e o ambiente. A monitorização será financiada por um fundo disponibilizado pela indústria dos pesticidas, mas gerido por um organismo independente. Não deverá haver contacto, a respeito desta matéria, entre as autoridades encarregues da monitorização e a indústria.

CONCLUSÃO

Se a regulamentação da UE fosse corretamente implementada e se os métodos de avaliação dos riscos fossem revistos no sentido de serem cientificamente rigorosos e objetivos, vários pesticidas que já foram considerados seguros seriam considerados perigosos para a saúde humana e/ou para o ambiente e teriam de ser retirados ou restringidos.

As reformas acima apresentadas permitiriam alcançar um nível mais elevado de proteção para a saúde e o ambiente. Dada a existência de um elevado número de alternativas não químicas para a proteção de plantas, baseadas em métodos ecológicos, estas reformas seriam também um estímulo para a inovação na agricultura numa direção muito mais sustentável. Como resultado, a segurança alimentar poderia ser assegurada, não apenas no presente mas também no futuro, protegendo os requisitos básicos para a agricultura: biodiversidade, fertilidade do solo e qualidade da água.

Elaborado por “**CIDADÃOS PELA CIÊNCIA NA REGULAMENTAÇÃO DOS PESTICIDAS**” uma aliança de organizações da sociedade civil, instituições, e especialistas cientistas e juristas.

INSTITUTIONAL SUPPORTERS







Alliance for Cancer Prevention





IN ALPHABETICAL ORDER

Accademia delle Erbe Spontanee
Action Citoyenne OGM Pesticides
Aktion Agrar
Alliance for Cancer Prevention
Asociación de Fibromialgia de Gran Canaria
Asociación Española de Educación Ambiental
Association de Défense de l'Environnement et de la Nature de l'Yonne (ADENY)
Austrian Beekeeping Federation
Austrian Doctors for a Healthy Environment (AGU)
Bat Conservation Ireland
Beyond GM, UK
Biomasa Peninsular
Biorespect
BirdLife Europe
Bodensee Akademie
Breast Cancer Action Germany
Breast Cancer UK
BugLife
Bund für Umwelt und Naturschutz Deutschland (BUND)
Bündnis für eine enkeltaugliche Landwirtschaft e.V." (Alliance for a Grandchildren-Proof Agriculture)
Bürgerinitiative Landwende e.V. (Citizens' Initiative for an Agricultural Turnaround, Germany)
Center for International Environmental Law (CIEL)
Centre for Sustainable Alternatives (CEPTA)
Česko proti chudobě a nerovnostem (Czechia Against Poverty and Inequalities)
ChemTrust
Circular Economy - VšĮ "Žiedine ekonomika"
ClientEarth
Colibri Foundation
Coop Denmark
Coordination against BAYER-dangers
Corporate Europe Observatory
DNR- Deutscher Naturschutzring
Docteur ès Psychologie, Neuropsychologie
Društvo za opazovanje in proučevanje ptic Slovenije (DOPPS-Birdlife Slovenia)
Dutch Bee Conservation, Bijenlint
Earth Thrive
Eco Design Competence Center, Latvia
Eco Hvar Croatia
Ecocity
Ecologistas en Accion
Estonian Green Movement (Friends of the Earth Estonia)

European Center for Constitutional and Human Rights (ECCHR)
European Environmental Bureau (EEB)
European Federation of Trade Unions in the Food, Agriculture and Tourism (EFFAT)
European Network for Community-led Initiatives on Climate Change and Sustainability (ECOLISE)
European Network on Ecological Reflection and Action (EcoRopa)
European Professional Beekeepers Association (EPBA)
Federation of Beekeeping Associations in Romania (ROMAPIS)
Fondo para la Defensa de la Salud Ambiental (Fodesam)
Foro Asturias Sostenible
France Nature Environnement (FNE)
Friends of the Earth Spain
Fundacion Alborada
Fundación Amigos de las Abejas
Fundación VivoSano
Gemeinnützigen Netzwerks für UmweltKranke (Genuk)
Generations Futures
Global 2000 (Friends of the Earth Austria)
GLS Bank, Germany
GM Watch
Grüne Liga
Health and Environment Alliance (HEAL)
Health Environment Justice Support (HEJ-support)
Institut Marquès
Institute for Sustainable Development Slovenia
Istituto Ramazzini
Inter-Environnement Wallonie (IEW)
International Society of Doctors for Environment (ISDE)
International Union of Food, Agricultural, Hotel, Restaurant, Catering, Tobacco and Allied Workers' Associations (IUF)
Justice Pesticides, France
Kleinbauern-Vereinigung VKMB, Bern, Switzerland
Kom op Tegen Kanker, Belgium
La Ribera en Bici
Leefmilieu, Netherlands
Legambiente, Italy
Medical School Kapodistrian University of Athens
Natur&mwelt a.s.b.l.
Nature & Progrès Belgique
Naturschutzbund Deutschland - NABU
Navdanya International
NOAH (Friends of the Earth Denmark)
Open House
Pesticide Action Network Europe

Pesticide Action Network Germany
Pesticide Action Network Italy
Pesticide Action Network UK
Plan B for Slovenia
Plataforma por um comércio internacional justo (TROCA)
POLLINIS
Povod institute for culture and the development of international relations in culture
proBiene – Freies Institut für ökologische Bienenhaltung
Public Eye
Quercus-National Association for Nature Conservation
Réseau Environnement Santé, France
Rezero- Fundació per a la Prevenció de Residus i el Consum
Ruskin Mill Trust
Safe Food Advocacy Europe
Save our Seeds
SFC-SQM Madrid
Slow Food Europe
Slow Food Valencia
SOS Polinizadores
SumOfUs
Suspergintza Elkartea
The Cancer Prevention and Education Society
The Danish Ecological Council (EcoCouncil)
The Danish Society for Nature Conservation
Umweltinstitut München e. V. (Environment Institute Munich)
Union Nationale de l'Apiculture Française
University of Salento, Centro Di Ricerca Euro Americano sulle Politiche Costituzionali (CEDEUAM), Italy
VELT
Via Pontica Foundation
WeMoveEU
Women Engage for a Common Future (WECF)
Women Engage for a Common Future International (WECF)
WWOOF France
ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável
Zukunftstiftung Landwirtschaft (ZSL)

INDIVIDUAL SUPPORTERS

Dr Fiorella Belpoggi, Head of the Research Area, Ramazzini Institute, Bologna, Italy; Dr. Peter Clausing, toxicologist, PAN Germany; Mr Paul Whaley, Lancaster Environment Centre, Lancaster University, UK ; Prof. Barbara Demeneix, Muséum National d'Histoire Naturelle, Paris, France ; Dr Aleksandra Čavoški, University of Birmingham, UK; Dr Michael Antoniou, Department of Medical and Molecular Genetics, King's College London, UK; Dr Robin Mesnage, Department of Medical and Molecular Genetics, King's College London, UK; Prof.

Erik Millstone, Science Policy Research Unit, University of Sussex, UK; Prof. Brian Wynne, Centre for the Study of Environmental Change, Lancaster University, UK; Doz. Dr. Hanns Moshhammer, Environmental Health, Medical University of Vienna, Austria; Dr. P. Nicolopoulou-Stamati, Prof. Environmental Pathology, Medical School, Kapodistrian University of Athens, Greece; Mr. Carlos de Prada, Environmental Journalist, Global 500 Award of United Nations, Spain; Cristina Amaro da Costa, Polytechnic Institute of Viseu, Portugal; Prof. Michele Carducci, Centro di Ricerca EuroAmericano sulle Politiche Costituzionali CEDEUAM, Universita del Salento, Italy; Tanya van der Wacht and René Dekker, Westerwinkel, Germany; Terence J Roe, Whitton House, The Netherlands; Dra. Marisa Lopez-Teijon, CEO of Institut Marquès, Spain; Dr. Gottfried Arnold, Pediatrician, Germany; Prof. Miquel Porta, Universitat Autònoma de Barcelona (UAB IMIM), Spain; Dra. Mariana F. Fernandez, Associate Professor, University of Granada, Spain; Dr. Gottfried Arnold, Pediatrician, Germany; Dr. Walther Enßlin, Germany; Prof. Gerhard Hägele, Hilden, Germany; Assoc. Prof. Dr. Johann Zaller, University of Natural Resources and Life Sciences, Vienna, Austria; Prof. Dr. Matthias Liess, UFZ-Helmholtz Centre for Environmental Research, Germany.